



Paisagem e patrimônio: as imagens da cidade de Jundiaí, SP

Aluna: Vitória Eichenberger

Orientação: Prof.^a Maria Tereza Duarte Paes

Resumo

A presente pesquisa teve como propósito identificar os objetivos da preservação e a refuncionalização do patrimônio cultural e natural da cidade de Jundiaí, de modo a considerar as mudanças de atribuição de valores sobre o patrimônio no decorrer do tempo, como a prefeitura se apoia nos bens culturais e as estratégias espaciais do mercado imobiliário sobre estes. Partindo das diferentes categorias do patrimônio cultural (colonial, industrial, ferroviário, natural), com foco no patrimônio material, foi proposto selecionar alguns dos bens mais representativos no município para identificar as principais influências ideológicas, políticas e econômicas em diferentes escalas (internacional, nacional e local), a repercussão na preservação e representação do patrimônio cultural do município. A pesquisa também se dedicou a seleção de imagens e fotografias para identificar os diferentes períodos e paisagens valorizadas no município, os processos de refuncionalização, e os símbolos apropriados pelo mercado imobiliário – principalmente os símbolos da natureza, a partir da valorização da paisagem natural, relacionados a área preservada da Serra do Japi.

Introdução

De acordo com Evaso (1999), as mudanças no espaço ocorrem de modo a integrar variáveis velhas e novas, através de processos de demolições, construções e acréscimos. Estas ações são determinadas por um conjunto de critérios de ordem cultural, social e econômica, que são estabelecidos por um sistema de valores construído historicamente. “A refuncionalização é um processo de reordenamento do conteúdo do espaço construído, portanto, dos objetos. Trata-se de um rearranjo das atribuições funcionais de uma parcela do sistema material. Produz-se, como resultado, uma rearticulação sistêmica dos objetos, com quantidades e qualidades próprias a cada contexto, ou seja, historicamente coerentes” (p. 38). Deste modo, os objetos suscetíveis a constantes mudanças, correspondem a sociedade de maneira diferente, de acordo com suas demandas no momento presente, “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1988, p.74). Deste modo, a paisagem corresponde as formas presentes no espaço, que nos remetem a uma totalidade cristalizada antes do nosso contato. As lógicas de produção de tempos distintos criam formas no espaço, desse modo, estão presentes nas paisagens sobreposições de tempos e técnicas do passado. As estradas de ferro e as vilas industriais, por exemplo, remetem a paisagens de modos de produção pretéritos, que foram apropriados de outra forma pelas sociedades contemporâneas, através dos processos de refuncionalização.

Como aponta Santos (2002, p.24), “a paisagem é uma herança que pode ou não ser preservada; ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica”. Deste modo, indica que as intenções sobre o patrimônio histórico defrontam, de um lado, a economia política, que “supõe o jogo das forças de mercado mais a regulação por ação ou omissão do poder público” e, de outro, a atuação da memória, que “pode ser [tanto] herdada do passado, como, simplesmente, projetada no futuro”.

Deve-se lembrar aqui, que as ações sobre o patrimônio cultural não são atos desinteressados, como aponta Motta (2000), “[...] dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento”. A partir das primeiras ações sobre o patrimônio cultural no Brasil, por exemplo, – que ocorreram durante o Estado Novo e que tiveram início com a preservação dos monumentos históricos nacionais através do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) – verifica-se que as seleções do patrimônio foram fundamentados principalmente, pela busca por uma *identidade nacional* e do estabelecimento de um *registro da nação*. Influenciado por um grupo de modernistas que faziam parte do órgão de preservação, dentre eles Mário de Andrade – que escreveu o anteprojeto, que posteriormente resultou no decreto-lei nº25, em vigor até os dias de hoje –, e Lúcio Costa, foram valorizadas principalmente as edificações coloniais, que trariam a ideia de expressão única da brasilidade sobre as formas dos colonizadores. Neste período (1937 à 1964), conhecido como fase heroica do Instituto, foram tombadas as reconhecidas cidades históricas do Brasil, dentre elas, Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João Del Rei. Ao buscar essas influências no município de Jundiaí, notou-se que, apesar de ser uma cidade antiga, com a história colonial datada de 1615, as evidências deste passado não são tão representativas nas formas presentes na cidade, fruto de diferentes intencionalidades sobre o espaço.

Como exemplo, a fachada do imóvel situado na Rua Barão de Jundiaí nº736, no centro de Jundiaí, tombada pelo CONDEPHAAT em 2013 (Processo 64142/11). Construída em 1780, pertenceu a Família Silva Prado (Imagem 1). Seu reconhecimento está associado às características coloniais portuguesas presentes em sua arquitetura, e por corresponder hoje ao último e único exemplar de construção do século XVIII de Jundiaí. A sacada preservada por possuir elementos constitutivos da história paulista e do município, em seu interior é utilizada com uma função muito diferente, por uma loja da rede varejista (Imagem 2).

Ao identificar os tombamentos no município, verificou-se a valorização do patrimônio industrial e ferroviário, os quais tiveram grande participação na história e no desenvolvimento de Jundiaí.



Imagem 1: Fonte: Base de dados Condephaat



Imagem 2: Fonte: Base de dados do Condephaat

A história recente da atividade industrial criou uma série de elementos que hoje são considerados patrimônio cultural, as arquiteturas industriais, suas maquinarias e estruturas de engenharia que foram modificadas e substituídas desde o início da história industrial, hoje apresentam-se como testemunhos dos modos de produção das técnicas do passado e tiveram grande influência sobre a forma das cidades. Os movimentos de preservação do patrimônio industrial tiveram início em 1950 na Inglaterra, visto como uma forma de manter as heranças dos processos de industrialização e na busca de encontrar uma solução para a grande quantidade de plantas industriais destruídas pela Segunda Guerra Mundial (RODRIGUES, 2010). No Condephaat a proteção do patrimônio industrial teve início em 1974. No Estado de São Paulo, como aponta Rodrigues (2010), as fábricas e ferrovias foram importantes para a formação das configurações espaciais das cidades e dos bairros. A antiga São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), foi a primeira linha ferroviária paulista, possui arquitetura característica do padrão inglês de ferrovia – com a introdução de técnicas como a alvenaria de tijolos e o ferro fundido –, e sua construção teve significativa importância econômica, através da conexão entre o litoral e o interior. O Complexo Ferroviário da Estação de Jundiaí (Imagem 3), ponto terminal da antiga São Paulo Railway foi tombado a nível federal pelo Iphan em 2001 e, a nível estadual pelo Condephaat em 2010. O Complexo Fepasa,



Imagem 3: Fonte: Prefeitura de Jundiaí

como ficou conhecido por ter sido administrado pela Ferrovia Paulista S.A., é composto por armazéns, depósitos e escritórios administrativos que nos remetem as suas funções no passado, diante das atividades da antiga Companhia. Atualmente o espaço é ocupado por alguns serviços do município, como Poupatempo e Fumas, uma Fatec, além do Museu da Companhia Paulista, o acervo do Centro de Memória de Jundiaí e o Compac – Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiaí. Neste espaço também funciona a “feira nos trilhos”. Estes prédios refuncionalizados em que o uso social é mais ativo, apresentam-se como as estruturas mais preservadas. Outros prédios do Complexo, por outro lado, que não estão em uso, encontram-se deteriorados.

Outro bem cultural no município é a antiga indústria de fiação e tecelagem Argos Industrial, e seu complexo (Argos industrial, Creche da Argos Industrial e Vila Argos Velha), que foram tombados pelo Conselho Municipal em 2008, e em 2010 pelo Condephaat através do processo nº 31605 – 2010. A indústria foi importante para a economia da cidade durante o século 20 e com sua refuncionalização passou a ser um espaço público onde ocorrem atividades educacionais e pedagógicas, e onde está localizada a Biblioteca Pública Municipal. Além do complexo, foi tombado via Projeto de Lei do Poder Legislativo Municipal (Lei nº 3629/1990) em 1990, a chaminé da Antiga Fábrica da Argos Industrial S/A, apresentando-se como uma rugosidade no espaço. Possui como justificativa para o tombamento ser representativa da história têxtil em Jundiaí, que se assemelha a história de outras indústrias do Brasil do mesmo século.

Pode-se citar também, o caso da Ponte Torta, que integra o Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural (IPPAC), tombada em 2007 a nível municipal pelo COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jundiaí). Construída entre 1888 e 1889, remete ao ciclo ferroviário, com a função de ligar a ferrovia ao centro da cidade. Durante o século XIX foi usado para a passagem de bondes puxados por animais da Cia. Paulista Carril Jundihiyana, mas que com o passar do tempo foi caindo em desuso devido ao crescimento da cidade. Um aspecto interessante deste patrimônio é que se trata de uma ponte que termina no meio do rio – resultado de uma obra que alargou uma de suas margens, devido às enchentes que eram recorrentes na região (Imagem 4). Em 2014 teve início o processo de revitalização da Ponte Torta, e depois desta ação, alguns eventos ocorreram na praça que foi construída ao seu lado esquerdo.



Imagem 4: Fonte: Reinaldo Canato/Folhapress

Estes bens tombados, refletem a valorização, através da preservação, de uma parte da história do município de Jundiaí, a qual a prefeitura está investindo nos últimos anos. As principais ações identificadas vão desde a revitalização e a restauração de bens, e suas refuncionalizações, bem como ações culturais, eventos relacionados ao patrimônio cultural e ações para a educação patrimonial.

Entre diferentes momentos e modos de valorização do patrimônio cultural – como foi indicado na pesquisa, o reconhecimento do patrimônio colonial, industrial e ferroviário –, tem lugar aqui, as indicações sobre o patrimônio natural, o qual Jundiaí possui como exemplo a Serra do Japi.

O termo Patrimônio natural foi firmado na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida pela Unesco, em 1972 – em que para este reconhecimento, foram principalmente definidos critérios relacionados a monumentalidade e a integridade dos bens naturais. No estado de São Paulo, entretanto, o patrimônio natural se manifestou de maneira diferente. Através de diretrizes estabelecidas pelo Condephaat, entre o fim da década de 70 e início da década de 80, não foram considerados apenas critérios estéticos e de integridade para o reconhecimento do patrimônio natural, mas sim o contexto em que o bem está inserido. A Serra do Japi foi tombada em 1983 pelo Condephaat (CONDEPHAAT, 1983), processo no qual foi importante o apoio da sociedade civil organizada e de pesquisadores dedicados a causas preservacionistas. Vale destacar a influência do Professor Aziz Ab'Sáber para o tombamento da Serra do Japi, bem como, para o reconhecimento de outras áreas naturais no estado de São Paulo designadas como *áreas críticas*. Apesar das ações para a preservação da Serra, as pressões na região são intensas, sob pretexto econômico e da visão da natureza como um recurso a ser explorado. De maneira mais específica, a partir da valorização da natureza e das paisagens naturais, inseridas no imaginário contemporâneo, os condomínios e loteamentos de alto padrão localizados próximo à Serra do Japi utilizam destes símbolos – agora associados à qualidade de vida – para seus fins mercadológicos (a exemplo, a imagem 5) – apresentando-se também, como um aspecto positivo para morar em Jundiaí. No caso deste patrimônio natural, além dos aspectos naturais, como a tranquilidade, a qualidade do ar e a beleza da paisagem, é

destacado a sua localização privilegiada, próximo à Rodovia Anhanguera e Bandeirantes e o fácil acesso à São Paulo e Campinas.



Imagem 5: Condomínio próximo à Serra do Japi. Fonte: Site Reserva Ermida
<http://www.reservaermidajundiai.com.br>

Considerações finais

O estudo sobre a paisagem apresentou-se de grande relevância para compreender alguns temas recorrentes nos estudos sobre patrimônio cultural, como refuncionalização, valorização da paisagem e representações. A preservação ou não do patrimônio, bem como os diversos modos de atuação dos agentes que modificam o espaço, refletem nas formas e conseqüentemente na paisagem das cidades. Estas ações sobre o patrimônio também envolvem a escolha das memórias que se quer preservar. Deste modo, refletem nas representações das cidades e possuem um conteúdo simbólico, muitas vezes encarregados de intencionalidades sobre a realidade social, como aponta Sánchez (2001, p.35) “a construção de imagens opera necessariamente com sínteses, seletivas e parciais, que dão relevância a alguns aspectos e omitem outros, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que a constroem e aos objetivos que se pretendem”.

Como verificou-se ao longo da pesquisa, muitas ações em prol da preservação do patrimônio cultural estão sendo incentivados pelo poder público municipal de Jundiaí atualmente. É visto que nestas ações há uma atuação positiva no sentido de socializar estes espaços através de atividades culturais e educacionais voltados para a população, bem como atuando na preservação do patrimônio cultural do município, e de algumas de suas memórias. Está valorização do patrimônio, por outro lado, também reflete em uma valorização do espaço, e quando observado o caso da Serra do Japi isto fica mais evidente, a partir da seleção das paisagens, localizações, e daqueles que podem parar por elas – que neste mesmo sentido, muitas vezes apresentam-se como pressões sobre a preservação do patrimônio natural.

Referências bibliográficas

- CONDEPHAAT. Processo de Tombamento n° 20814/79, São Paulo, 1983.
- EVASO, Alexander Sérgio. A refuncionalização do espaço. Revista Experimental, 1999, 6: 33-54
- MOTTA, Lia. A Apropriação do Patrimônio Urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. IN: ARANTE, Antônio A.(org.). O Espaço da Diferença. 2000
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988, 4: 136.
- _____, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. In: RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Org.) São Paulo: Publifolha, 2002.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. 2001.

Agradecimentos

À Profª Maria Tereza Duarte Paes pela orientação. Ao Pibic/CNPq e à Fapesp pelo financiamento desta pesquisa.